

Educação O ensino fundamental

O Ministério da Educação começou esta semana a enviar para os 600 mil professores da 1ª à 4ª série da rede pública os Parâmetros Curriculares Nacionais — dez livros com sugestões de currículos e métodos de ensino. Os Estados e municípios continuarão tendo autonomia sobre suas respectivas redes de ensino, assim como as escolas e os professores continuarão tendo liberdade de escolha. Os PCN

representam, no entanto, um esforço importante, não só pela melhoria e atualização dos conteúdos, mas também pela adoção de métodos muito mais adequados, que substituem a forma burocrática e abstrata da imposição de matérias pelo estímulo à curiosidade natural das crianças.

A distribuição dos PCN é mais uma etapa na implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que já incluiu várias iniciativas, como a avaliação do material didático oferecido pelas editoras privadas, o reagrupamento das séries em ciclos de maior duração, a substituição da repetência pelo reforço, e a instituição do Sistema Nacional de Avaliação e do currículo flexível — um quarto do qual é composto de matérias optativas.

A falência do ensino básico no Brasil é fato indiscutível, expresso em índices alarmantes como a repetência de 40% na 1ª série ou a conclusão da 5ª série por apenas 56% das crianças que ingressam na 1ª. A importância evidente desse ensino também não requer longas argumentações. Ao lado dos motivos convencionais, o aceleramento do desenvolvimento tecnológico e o imperativo da competitividade acrescentam mais um, para que se invista pesadamente no ensino básico: a capacidade de raciocinar, criar e assimilar novas técnicas e rotinas se torna mais importante até

mesmo do que o aprendizado de um ofício, que tende a ser trocado várias vezes no decorrer da vida profissional.

O material distribuído pelo governo, com o que traz de estímulo, respaldo, atualização e aperfeiçoamento do ensino básico, pode dar início a uma revolução na educação brasileira. Para isso, no entanto, precisa vir acompanhado de outras iniciativas. Os professores da 1ª à 4ª série da rede pública rece-

bem entre dois e três salários mínimos. Seu poder aquisitivo não lhes permite comprar livros e outros bens essenciais para a sua dignidade e aprimoramento. A carga horária que são obrigados a assumir para sobreviver os impede de pesquisar, planejar aulas, discutir com os colegas e até mesmo acompanhar programas como a TV Escola, patrocinada pelo MEC. Apenas um quinto das escolas da rede pública dispõe de laboratórios. Bibliotecas, as poucas que existem, são desatualizadas e precárias. Podem faltar coisas básicas como carteiras e giz.

A partir do ano que vem, o Fundo de Valorização do Magistério passará a garantir salário médio de R\$ 300 para esses professores. É pouco. O MEC garante que o problema já não é mais número de vagas, mas de qualidade de ensino. Pode ser, mas há um problema visível de distribuição geográfica, com salas de aula ociosas em alguns lugares e crianças tendo de caminhar longas distâncias, sobretudo no meio rural, para frequentar a aula — ou, simplesmente, desistindo de estudar. É preciso reordenar a oferta. Além disso, a qualidade é, indiscutivelmente, o grande desafio. Para enfrentá-lo, a contribuição representada pelos PCN é fundamental. Mas, se não for conjugada com a melhoria da situação dos professores e das escolas, poderá cair no vazio.

Os parâmetros curriculares do MEC podem dar início a uma revolução na educação